

Procedimento por Concurso Público Internacional n.º 15/DRM/2023

“AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO FIXOS PARA ANÁLISE E MEDIÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO MAR”

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I Disposições gerais

Cláusula 1.ª Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a Região Autónoma da Madeira (RAM) através da Secretaria Regional de Mar e Pescas, sita na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, nº 23, 9000-054 Funchal, com o contacto telefónico n.º (+351) 291 203 222 e com o endereço eletrónico gabinete.srmar@madeira.gov.pt, doravante designada por Contraente Público.

Cláusula 2.ª Objeto

1. Constitui objeto deste procedimento a aquisição de 3(três) sistemas de monitorização fixos para a análise e medição da qualidade da água do mar, de acordo com a lista e especificações constantes da Parte II, nos termos e de harmonia com o teor e disposições constantes do presente Caderno de Encargos.
2. O objeto do presente procedimento referido no n.º 1, da presente cláusula, insere-se na categoria e está descrito como 38290000-4 Instrumentos e aparelhos de vigilância, hidrográficos, oceanográficos e hidrológicos, nos termos da classificação prevista no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a que se refere o Regulamento (CE) 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L340/1, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo regulamento (CE) n.º 2151/2003 da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 329/1, de 17 de Dezembro de 2003, retificado pelo Jornal Oficial da União Europeia n.º L 330/34, de 18 de Dezembro de 2003, e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Consideram-se integrados no contrato a celebrar os seguintes elementos:
 - a) Os ajustamentos ao clausulado contratual, propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d) O presente Caderno de Encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no presente Caderno de Encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CAPÍTULO II

Obrigações Contratuais

Cláusula 4.ª

Obrigações Principais do Fornecedor

1. O fornecimento dos bens está sujeito aos deveres previstos no CCP.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Fornecer os bens identificados na sua proposta nos termos previsto na Parte II do presente Caderno de Encargos;
 - b) Acompanhar a execução do contrato;
 - c) Providenciar a eliminação de qualquer situação que possa configurar cumprimento defeituoso ou não cumprimento do contrato;

- d) Comunicar, antecipadamente ou logo que tenha conhecimento, ao contraente público, qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens.
 - e) Não alterar as especificações técnicas do equipamento especificado na sua proposta elaborada em conformidade com a parte II do presente caderno de encargos, exceto quando as alterações decorram do exercício dos poderes de direção e de fiscalização do contraente público, plasmados no artigo 302.º do CCP;
 - f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - h) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas com a celebração contrato;
 - i) Pagamento das despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, nomeadamente, a liquidação do imposto de selo.
3. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. O fornecedor obriga-se a garantir que os sistemas a fornecer e instalar no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 5.ª

Prazo de Entrega

O presente contrato produz efeitos a partir da data da outorga, e mantém-se em vigor até à entrega dos bens, a conclusão dos testes dos equipamentos, incluindo testes em mar e a formação dos técnicos, que deverão ser integralmente concluídos num prazo de dezoito (18) meses, nos termos do artigo 471º do CCP.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as especificações constantes do presente caderno de encargos e da proposta adjudicada.
- 2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe forem entregues.

Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objeto do contrato e local do fornecimento

1. O fornecedor obriga-se a entregar e testar os bens objeto do contrato no prazo indicado na cláusula 5.ª, nas instalações do Centro Operacional do Observatório Oceânico da Madeira sito ao Varadouro de São Lázaro, Freguesia da Sé, Concelho do Funchal, Região Autónoma da Madeira.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos em língua portuguesa ou inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

1. Efetuado o fornecimento dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de oito dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do bem fornecido ou da sua montagem, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente Caderno de Encargos, a SRMAR, através da Direção Regional do Mar informará, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade referida no ponto anterior, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens, a execução da montagem, o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar do final dos testes, um Auto de Receção, assinado pelos representantes do fornecedor e da entidade adjudicante.
2. A assinatura do auto a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Dever de Sigilo

1. O Fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou relacionada com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula a informação e a documentação

que sejam, comprovadamente, do domínio público, à data da respetiva obtenção, pelo Fornecedor, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª

Obrigações principais da Entidade Adjudicante

Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante obriga-se a:

- a) Disponibilizar toda a informação e documentação solicitada pelo adjudicatário, indispensável e necessária para o integral cumprimento do objeto do presente fornecimento;
- b) Pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

SECÇÃO II

Obrigações do contraente público

Cláusula 14.ª

Preço Base

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SRMar deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 471.000,00** (quatrocentos e setenta e um mil euros), preço base do procedimento.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos e encargos inerentes ao fornecimento contratado.
4. O preço proposto pelo fornecedor dos bens incluirá o custo dos trabalhos referidos no n.º 2 da cláusula 4.ª.

Cláusula 15.ª

Consulta Preliminar ao Mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base do n.º 2 da cláusula 14.ª (Preço base).
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

Cláusula 16.ª

Revisão de Preços

Durante a vigência do contrato, não há lugar a revisão de preços.

Cláusula 17.ª

Condições de Pagamento

1. O pagamento dos bens alvo deste procedimento será feito de acordo com o seguinte escalonamento:
 - 90% com a entrega dos 3 (três) sistemas;
 - 10% após a formação, testes dos equipamentos, incluindo eventuais testes em mar e com a assinatura do Auto de Receção definitivo dos três (3) sistemas.
2. Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar ou dos bens a fornecer.
3. Pelo fornecimento dos sistemas objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço nos termos e em conformidade com a proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de estadias, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. A faturação dos bens fornecidos objeto do contrato, deve ser efetuada após a entrega efetiva

e aceitação dos mesmos.

6. O pagamento da fatura relativa ao objeto do contrato é efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, configurando tal prazo a necessidade de validação e confirmação das obrigações, conforme disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP, em consonância com o n.º 3 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto à conformidade dos bens fornecidos/ disponibilizados ou serviços prestados com as condições do contrato e/ou o valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, iniciando-se, nessa data, o prazo referido no número anterior.

CAPÍTULO III

Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 18.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - b) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
 - c) Pelo incumprimento das especificações técnicas dos bens objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
 - d) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato por parte do cocontratante, o contraente público, pode exigir uma pena pecuniária de 20 % do preço contratual.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista na alínea c) do no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega e/ou o incumprimento das especificações técnicas dos bens objeto do contrato tenha determinado a respetiva resolução.
3. No caso do contraente público decidir não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite das sanções pecuniárias a aplicar é elevado para 30%, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 329.º do CCP.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. Nas situações enquadráveis nos números anteriores, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao adjudicatário o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Fornecedor dos sistemas nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal eventuais circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, de que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Resolução por Parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, a o Contraente Público pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o Fornecedor viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º do mesmo diploma.
2. Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao Fornecedor, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 21.ª

Resolução por Parte do Fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Fornecedor pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Fornecedor ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
 - b) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao Contraente Público;
 - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Contraente Público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
 - d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo Contraente Público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do Contrato;

- e) Incumprimento pelo Contraente Público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao Contrato.
- 2. No caso da alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3. Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

CAPÍTULO IV

Caução e Retenção de Pagamentos

Cláusula 22.ª

Caução e Retenção de Pagamentos

De acordo com o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 88.º do CCP na sua atual redação, quando o preço contratual for inferior € 500.000,00 (quinhentos mil euros), não é exigível a prestação de caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, nem se irá proceder à retenção dos pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante.

CAPÍTULO V

Resolução de Litígios

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Cláusula 24.ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo Fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 25.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio indicado no Contrato, de cada uma das partes.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos de execução previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.ª

Legislação Aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações, e demais legislação avulsa aplicável ao objeto do presente caderno de encargos.

Cláusula 28.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) n.º 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela entidade adjudicatária ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela entidade adjudicante e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 20.ª

Objeto do Fornecimento

É objeto desta aquisição de bens o fornecimento de 3(três) sistemas de monitorização fixos para a análise e medição da qualidade da água do mar, com as seguintes características técnicas mínimas:

COMPONENTE	CATRATERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS
A. Plataforma flutuante	Um volume suficiente para albergar os sensores, baterias e painéis solares: 1. Um peso inferior a 500 kg 2. Um refletor de radar e uma lanterna de aviso à navegação 3. Conjunto de painéis solares com capacidade para produzir no mínimo 280 W de potência 4. Capacidade de expansão de funcionalidades no futuro, i.e., deve ser modelar e expansível 5. Capacidade para incorporar um guincho capaz de efetuar perfis verticais com o CTD.
	Um carregador de painel solar com 15 A ou superior.
	Um banco de baterias de 12V com uma capacidade de 100 Ah ou superior.
B. Sistema de comunicações e de posicionamento da plataforma	Modem 4G (cartão GSM não incluído - adquirir localmente)
	Localizador por satélite "MetOceans - Iridium Edge Solar", ou equivalente
	Incluir o custo de subscrição para a transmissão de dados do localizador de satélite para o primeiro ano
	Antenas GSM e GPS (incluindo sistema de transmissão da posição)
C. Sistema eletrónico de gestão da plataforma	A plataforma deve integrar um computador e/ou um sistema eletrónico de registo dos dados da plataforma ("DataLogger")
	O sistema eletrónico de gestão da plataforma deve permitir o acesso:

	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ao software de gestão e registo dos dados provenientes de todos sensores 2. Ao painel de controlo 3. Ao sistema de transmissão de dados via protocolos FTP 4. À interface gráfica de visualização de dados online (sem custos no primeiro ano de operação)
D. Sensores: Estação meteorológica	<p>Instalada num mastro da plataforma flutuante, uma estação meteorológica do tipo "Airmar 200WX-IP7" ou equivalente. Construída com materiais estanques, não corrosivos e sem partes móveis, com capacidade para medir os seguintes dados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Velocidade do vento (0 a 40 m/s) com resolução de 0.1 m/s e com precisão de 5%; 2. Direção do vento (0° a 359°) com resolução de 0.1° e precisão de +/- 3°; 3. Temperatura do ar (-25°C a 55°C) com resolução de 0.1°C e precisão de +/- 1.1 °C; 4. Pressão atmosférica (300 hPa a 1100 hPa) com resolução de 0.1 hPa e precisão de +/- 0.5 hPa; <p>Os dados meteorológicos devem ser armazenados a bordo da plataforma, concomitantemente com os dados da data/hora/segundo, e transmissão por GSM.</p>
E. Sensores: Correntómetro acústico (ADCP)	<p>Deve ser instalado na parte inferior da plataforma flutuante um correntómetro acústico "Nortek Signature 250" ou equivalente, com capacidade para medir perfis de correntes até 200m de coluna de água com um transdutor operando com uma frequência de 250KHz (com baixo consumo de energia).</p> <p>Sistema "AHRS - Attitude and Heading Reference System", incorporado, com capacidade para medir as oscilações do equipamento e introduzir correções nas medidas das correntes</p> <p>Taxa de amostragem de 3Hz; com uma resolução de 0.1 cm/s</p> <p>Correntómetro, instalado na parte inferior da plataforma flutuante, deve ter os transdutores direcionados para o fundo.</p>
F. Sensores: CTD – Condutividade, Temperatura e Profundidade	<p>Sonda com capacidade para acomodar a instalação de seis sensores a operar em simultâneo (AML-6, ou equivalente), intercambiáveis, devendo ser obrigatoriamente entregues os seguintes sensores:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Condutividade (de alta precisão 0.003 mS/cm); 2. Temperatura (precisão de 0.003 °C); 3. Pressão (0 a 500 dBar; precisão 0.05% FS); <p>Sistema UV "anti-biofouling" para limpeza (automática) de sensores.</p>

G. Sensores: Autoanalisador de nutrientes	<p>Analizador químico “Systea WIZ”, ou equivalente, capaz de recolher água do mar e analisar concentrações de micronutrientes <i>in-situ</i>, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Amónia (N-NH₃); 2. Orthophosphate (P-PO₄); 3. Nitrate + nitrite N-(NO₃+NO₂); 4. Nitrite (N-NO₂); 5. Total Phosphorous (P); 6. Total Nitrogen (N); 7. Silicatos; 8. Entre outros.
	Pré-calibrado para analisar NH ₃ /NO ₂ +NO ₃ /PO ₄ / /NO ₂ a cada 60 minutos.
	Carga de reagentes de fácil substituição, com capacidade para analisar durante 30 dias consecutivos
	Sistema de auto-limpeza com purga incorporado, capaz de operar entre amostras de forma a evitar contaminações.
	Sistema de filtragem interno (10/25/100/400uM), para evitar bloqueios e contaminações nas análises.
	Deve incluir um sistema de controlo remoto acessível através do sistema eletrónico de gestão da plataforma.
	<p>O Sistema de controlo remoto deve permitir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Editar e modificar parâmetros operacionais (i.e. estado das baterias; on/off entre amostragens); 2. Monitorizar valores das medidas em tempo-real; 3. Configurar parâmetros de monitorização (i.e., frequência de amostragem; forçar purgas do sistema); 4. Descarregar dados arquivados na memória do instrumento; 5. Modificar sequência de amostragem (i.e. sequência de parâmetros a analisar); 6. Sincronizar dados recolhidos com data/hora/minuto/segundo e GPS da plataforma.
	Os dados arquivados devem poder ser representados de forma gráfica.
H. Sistema de amarração	A plataforma flutuante deve ter um sistema de amarração com capacidade para fundear até 200m de profundidade.
	O sistema deve incluir um flutuador submersível; cabos; argolas; anéis e todos os materiais necessários para colocar a amarração no mar.

	Deve, ainda, incluir ou desenho e/ou o projeto da âncora mais adequada para fundear a plataforma.
	Peso / lastro para fundear será construído localmente (não incluir no orçamento).
Transporte	Os sistemas a adquirir devem ser transportados num contentor, devidamente embalados e protegidos de possíveis danos.
Formação	A(s) ação(ões) de formação a ministrar devem habilitar os formandos a operar missões de mar e a fazer a instalação e manutenção básica dos bens.
	O fornecedor dos sistemas a adquirir deve ministrar formação à equipa de recursos humanos a indicar pela entidade adjudicante, a qual será composta por um mínimo de 3 elementos.

FIM.